

FORMAÇÃO DOCENTE PARA O ENFRENTAMENTO DO RACISMO ESTRUTURAL



TEACHER TRAINING TO COMBAT STRUCTURAL RACISM

DÉBORA CORREIA DA SILVA

Graduação em pedagogia pela Faculdade UNIP (2009); Professora de Educação infantil CEI Jardim Três Estrelas

RESUMO

O presente artigo traz uma importante discussão sobre formação docente no combate ao racismo estrutural, assuntos que estão presentes nas escolas e na sociedade em que estamos inseridos. O texto tem como destacado como o racismo estrutural o que ainda é pouco compreendido, inclusive entre professores, o que faz com que muitas vezes o assunto seja silenciado ou tratado com desinformação. O estudo traz compreensões de autoras contemporâneas como Djamila Ribeiro e Barbara Carine Pinheiro que em suas contribuições reforçam que o racismo ultrapassa as ações individuais e muitas vezes se encontra enraizado nas instituições, relações de poder e práticas sociais cotidianas, o que inclui o ambiente escolar, o que torna importante que os professores se preparem para enfrentar esse problema de maneira crítica e consciente. O artigo mostra a importância de legislações como as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que fizeram se tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena em nossas escolas, no entanto é importante perceber que mesmo com a obrigatoriedade ainda encontramos desafios em sua efetivação. O artigo mostra que a prática pedagógica antirracista deve ser permanente, indo além de eventos pontuais, o que inclui a escolha de materiais diversos, valorização de autores negros e indígenas, escuta atenta dos estudantes possibilitando o respeito às diferenças.

Palavras-chave: Diversidade; Formação docente; Equidade; Relações étnico raciais.

ABSTRACT

This article presents an important discussion on teacher training in combating structural racism, issues that are present in schools and in the society in which we live. The text highlights how structural racism is still poorly understood, even among teachers, which often leads to the subject being silenced or treated with misinformation. The study draws on insights from contemporary authors such as Djamila Ribeiro and Barbara Carine Pinheiro, who emphasize that racism goes beyond individual actions and is often rooted in institutions, power relations, and everyday social practices, including the school environment. This makes it important for teachers to be prepared to address this problem in a critical and conscious manner. The article highlights the importance of legislation such as Laws 10.639/2003 and 11.645/2008, which made the teaching of Afro-Brazilian and indigenous history and culture mandatory in our schools. However, it is important to note that even with this mandate, we still face challenges in its implementation. The article shows that anti-racist teaching practices must be permanent, going beyond one-off events, which includes choosing diverse materials, valuing Black and Indigenous authors, and listening attentively to students, enabling respect for differences.

Keywords: Diversity; Teacher training; Equity; Ethnic-racial relations.

INTRODUÇÃO

O racismo estrutural é um mal que se faz presente nas diversas esferas da sociedade brasileira, o que infelizmente tem sustentado as desigualdades históricas que atingem, principalmente, a população negra e indígena. Temos o ambiente escolar como um importante espaço de formação cidadã, uma vez que as estruturas opressoras se manifestam de forma direta e indireta, por meio de práticas pedagógicas excludentes, currículos eurocentrados, ausência de representatividade, silenciamento de saberes não-hegemônicos e omissão diante de episódios discriminatórios. Os avanços conquistados, como através das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, com a obrigatoriedade do ensino das culturas afro-brasileira e indígena no currículo escolar, sua efetivação ainda encontra resistências e limitações, muitas vezes associadas à ausência de preparo dos educadores.

Dante desse cenário, a autora desse artigo pensa que se torna urgente abrir discussões sobre a importância da continuidade da formação docente no enfrentamento ao racismo estrutural. É mais que necessário que os professores desenvolvam um olhar crítico sobre a realidade social e racial dos estudantes, e se comprometam com práticas pedagógicas antirracistas que possam colaborar para a construção de uma escola democrática, inclusiva e promotora de justiça social.

O artigo tem como objetivo analisar o papel da formação docente no enfrentamento ao racismo estrutural e na construção de práticas pedagógicas antirracistas no contexto educacional brasileiro.

Além de levar o leitor a compreender o conceito do racismo estrutural e suas quais são as implicações no ambiente escolar. É imprescindível que possamos refletir sobre os desafios enfrentados pelos professores ao tratar das relações étnico-raciais dentro das salas de aula. Podendo assim identificar a contribuição das políticas públicas e legislações específicas para a formação docente antirracista.

A escolha desta temática tem como justificativa o olhar para o enfrentamento do racismo que ainda se encontra enraizado nas estruturas escolares, o que acaba impactando negativamente a vida de nossos estudantes negros e indígenas, reforçando desigualdades e silenciamentos. Quando o professor tem a oportunidade de se reconhecer como agente de transformação social, é de suma importância que ele esteja preparado para oportunizar uma educação antirracista, que pense na diversidade e combata todas as formas de discriminação.

O artigo tenta responder à pergunta problema, de como a formação docente pode contribuir de maneira efetiva para o enfrentamento do racismo estrutural e para a implementação de práticas pedagógicas antirracistas nas escolas brasileiras?

O QUE ENTENDEMOS SOBRE RACISMO ESTRUTURAL?

Ainda compreendemos pouco sobre racismo estrutural, mesmo em grupos compostos por educadores. Essa temática, muitas vezes, é tratada de forma velada, como se fosse melhor não opinar a respeito. Quando há alguma manifestação, infelizmente, ela pode vir carregada de equívocos e desinformação. É comum ouvirmos falas como: “*Eu não sou racista*” ou “*Eu, pessoa branca, também sofro preconceito*”, o que demonstra o desconhecimento sobre as especificidades do racismo em sua forma estrutural.

Por isso, é fundamental explorar e desmistificar esse assunto, trazendo à tona uma verdade muitas vezes evitada: vivemos em um país racista. No Brasil, ainda se leva em consideração estereótipos para inferiorizar pessoas umas às outras seja no convívio social, nos espaços de trabalho e, inevitavelmente, na escola. Ribeiro (2019 p. 37-38) explica que,

A partir do momento em que se comprehende o racismo como um sistema que estrutura a sociedade, essas respostas se mostram vazias. É impossível não ser racista tendo sido criado numa sociedade racista. É algo que está em nós e contra o que devemos lutar sempre.

A autora explica que, o racismo não é só sobre ações individuais, mas um sistema que estrutura a sociedade. Ou seja, ele está presente nas leis, nas instituições, nas relações de poder, na forma como oportunidades são distribuídas, na mídia, no currículo escolar, nas relações de trabalho e até mesmo nas imagens e ideias que temos como “naturais” sobre pessoas negras ou brancas.

Diante desse cenário, torna-se essencial que, antes mesmo de tratar um tema tão sério com os estudantes, é primordial que possamos aprofundá-lo entre os próprios educadores. Afinal, os professores são referências e espelhos para crianças e adolescentes. A forma como lidam com o tema seja pelo silêncio, pela omissão ou pelo enfrentamento consciente impacta diretamente na formação de uma geração mais justa, crítica e antirracista. Segundo Pinheiro (2023 p. 67)

O Brasil é um país estruturalmente racista e, nesse cenário, não há como fugir do racismo na escola [...] a escola é um complexo social gestado no interior de uma sociedade, que carrega as marcas estruturais dela. Isso não significa que, como a escola reproduz racismo, não há nada a ser feito. Muito pelo contrário: sendo a escola um espaço de reprodução dessas estruturas de opressão, precisamos pensar em mecanismos de superação dessas mazelas também, principalmente por meio do sistema educacional formal.

A autora nos leva a compreensão de que a escola é parte da sociedade, e assim não está imune ao racismo. Muitas vezes o ambiente escolar acaba reproduzindo, consciente ou inconscientemente, essas estruturas opressoras. O que pode ocorrer na forma como são escolhidos os conteúdos a serem ensinados, nos livros didáticos, na falta de representatividade, nas atitudes dos educadores e colegas, e até nas expectativas diferentes em relação ao desempenho de estudantes negros e brancos.

A FORMAÇÃO DOCENTE DIANTE DA DIVERSIDADE RACIAL

Ao longo dos anos, o Brasil tem buscado, por meio de políticas públicas e legislações específicas, abrir caminhos para que de fato possamos enfrentar o racismo e assim promover a equidade racial, em especial no campo da educação. Essas ações mostram um esforço vindo de várias frentes onde o objetivo é transformar o cenário educacional brasileiro, que por muito tempo foi silenciado e negligenciado a presença e os saberes das populações negras e indígenas. Dessa forma, a formação docente tem um importante papel uma vez que por meio dela que se torna possível romper com práticas pedagógicas de exclusão substituindo-as por abordagens críticas e antirracistas.

O Brasil é um país marcado por uma diversidade racial, além de uma pluralidade de identidades, culturas e histórias, o que faz com que a escola reconheça, valorize e reflita sobre as diferenças. No entanto, ainda nos deparamos com uma realidade onde nossos educadores ainda saem da formação inicial sem conhecimentos básicos sobre relações étnico-raciais. Muitos professores ainda se sentem inseguros ao tocar nessa temática com seus alunos, temendo cometer erros ou provocar desconfortos. Essa insegurança revela a falta de estudos existente na formação docente, que precisa ser preenchida para garantir uma educação de qualidade, inclusiva e comprometida com a justiça social.

Com o intuito de enfrentar essa omissão histórica, importantes legislações foram criadas. A Lei nº 10.639/2003 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" e dá outras providências". Anos depois,

essa legislação foi ampliada pela Lei nº 11.645/2008, “que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Tais leis mostram um marco na educação brasileira, reconhecendo de forma legal, que o enfrentamento ao racismo e à exclusão passa necessariamente pela valorização das contribuições dos povos historicamente esquecidos e marginalizados.

Hoje se percebe que através das efetividades destas leis, foi possível a mudança de percepções com relação a construção de uma sociedade mais justa para todos, no entanto ainda encontramos obstáculos. Muitos cursos de licenciatura não tratam dessas temáticas de forma estruturada, e os programas de formação continuada, quando existem, nem sempre são suficientes para provocar mudanças profundas nas práticas pedagógicas. A formação docente voltada para a diversidade racial não pode ser tratada como algo complementar ou opcional. Ela precisa estar no centro das políticas educacionais, como condição para a construção de uma sociedade mais justa.

Os professores que abraçam o desafio da autoatualização serão mais capazes de criar práticas pedagógicas que envolvam os alunos, porcionando-lhes maneiras de saber que aumentem sua capacidade de viver profunda e plenamente. (hooks, 2017, p. 36).

A autora nos leva a compreensão da importância do professor buscar meios para se conhecer melhor, e assim repensar suas ações deixando-a mais consciente de sua prática, se tornando assim capaz de desenvolver estratégias de ensino significativas, que vão além da simples transmissão de conteúdo. Tais práticas tocam a vida dos alunos, ajudando-os a aprender de maneira mais reflexiva e transformadora contribuindo para que vivam de forma mais plena, com mais consciência de si e do mundo.

Portanto, é primordial que a formação docente, tanto inicial quanto continuada, seja orientada por princípios da equidade racial. Rompendo com a lógica do “não-racismo passivo” e assumir uma postura antirracista ativa, que não apenas evite atitudes preconceituosas, mas que questione e transforme estruturas discriminatórias dentro e fora da sala de aula. Ao preparar professores para lidar de forma consciente e crítica com a diversidade racial, contribuiremos para a formação de cidadãos mais sensíveis, respeitosos e engajados com os direitos humanos e a democracia.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ANTIRRACISTAS NO COTIDIANO ESCOLAR

Para que a formação docente voltada à equidade racial se materialize em ações concretas, é necessário pensarmos em ações que realmente sejam vivenciadas no cotidiano escolar, efetivando práticas pedagógicas do cotidiano escolar que vão além de datas comemorativas ou eventos pontuais associados a cultura dos povos negros, as ações deve ser pensadas de forma transversal e permanente, valorizando as culturas africanas e indígenas, durante todo o ano letivo, além do combate a estereótipos e discriminações em sala de aula.

Diante do emaranhado de problemas subjacentes às relações étnicas, cabe a nós, formuladores de opinião – professores, educadores e pesquisadores críticos –, pensar e lutar por práticas que objetivem a inclusão positiva de crianças e de jovens negros na estrutura educacional. É, portanto, indispensável a elaboração de um trabalho que promova o respeito mútuo, o reconhecimento das diferenças, a possibilidade de se falar sobre elas sem receio e sem preconceito. Cavallero (2000 p. 125-126)

As vivências antirracistas devem acontecer no dia a dia de forma natural desde a escolha de materiais didáticos diversos, a valorização de autores e intelectuais negros e indígenas, e incentivando o debate sobre desigualdades raciais e suas origens históricas, além de oportunizar momentos que se compartilhe o respeito e a empatia. O currículo escolar precisa ser revisto através de uma perspectiva crítica, que não apenas inclua, mas centralize as vozes e experiências dos povos negros. A BNCC- Base Nacional Comum Curricular, explica que

A valorização da diversidade e o combate a todas as formas de discriminação devem estar presentes em todas as experiências de aprendizagem, promovendo o respeito às diferentes culturas, identidades e saberes. (BRASIL, BNCC, 2017, p. 38)

Além disso, é importante que o ambiente escolar como um todo esteja comprometido com a luta antirracista. Isso inclui a equipe gestora, os funcionários, os alunos e seus responsáveis. Uma escola comprometida com a justiça racial não pode tolerar atitudes discriminatórias e precisa estabelecer canais de escuta e acolhimento para estudantes que enfrentam o racismo em suas múltiplas formas.

O PAPEL DO EDUCADOR COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO

O professor, neste contexto, assume um papel de agente transformador. Não se trata apenas de ensinar conteúdos, mas de formar sujeitos críticos e conscientes de seu lugar no mundo. Para isso, é necessário que o educador também esteja disposto a desconstruir suas próprias visões e revisar práticas que, muitas vezes de forma inconsciente, podem reforçar desigualdades.

Paulo Freire, grande pensador da educação brasileira, deu apontamentos sobre a importância de valorizar os saberes construídos para além dos muros da escola, esclarecendo que a prática pedagógica dialógica, onde o conhecimento do outro é respeitado e é usado no processo da construção do conhecimento. Freire (1996) esclarece que para ensinar é importante que o educador tenha uma escuta sensível, com respeito às múltiplas experiências culturais dos educandos e rejeitando qualquer tipo de imposição cultural disfarçada de neutralidade. Segundo o autor: *"Como ser educador, se não desenvolvo em mim a indispensável amorosidade aos educandos com quem me comprometo e ao próprio processo formador de que sou parte."* (FREIRE, 1996, p. 67). É perceptível que o currículo escolar, organizado

historicamente no Brasil, muitas vezes ignora a premissa de colocar o estudante como o protagonista de suas aprendizagens.

Vivenciar uma escola com postura antirracista exige de seus autores coragem, estudo e compromisso mútuo. É importante que a escola tenha espaços de escuta e diálogo com os estudantes, reconhecendo sua cultura e modo de viver, é primordial que os alunos negros e indígenas conheçam os saberes do seu povo, além de fomentar uma cultura escolar que celebre a diversidade como potência, e não como problema.

Gusmão (2000) orienta que,

a escola tem e deve assumir um papel de agente transformador, promovendo o conhecimento mútuo entre diferentes, formando professores e quadros teóricos, entre muitos outros pontos. Emergem dessa perspectiva, diferentes propostas educativas baseadas em princípios democráticos e legítimos. (Gusmão 2000 p. 24)

É importante pensar que as práticas pedagógicas estejam alinhadas com uma escola disposta a promoção de uma educação antirracista, sendo capaz de interagir o respeito às diferenças em todos os componentes curriculares. O currículo escolar precisa ser repensado e reconstruído a partir de uma perspectiva crítica, onde se valorize as contribuições históricas, sociais, científicas e culturais dos povos negros, indígenas e de outras etnias marginalizadas, rompendo com estereótipos e silenciamentos.

Permitir aos professores o acesso a formação continuada dos profissionais da educação é um elemento indispensável nesse processo, uma vez que é por meio do estudo constante e da reflexão coletiva onde é possível desconstruir práticas excluientes construindo uma escola democrática. A escuta ativa dos estudantes, suas famílias e comunidades deve fazer parte do cotidiano escolar, oportunizando o pertencimento de todos.

Portanto, fazer parte de uma escola com postura antirracista vai além da inclusão das datas comemorativas ou figuras históricas em murais é um compromisso diário com a justiça social, com o enfrentamento do racismo estrutural e com a valorização das múltiplas formas de ser, viver e aprender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo finaliza com a compreensão de que a formação docente, tanto inicial quanto continuada, é primordial para que a escola cumpra seu papel de formar cidadãos conscientes de sua realidade social, de sua classe e do poder transformador que possuem. Somente educadores preparados, com olhar crítico e compromisso com a equidade, serão capazes de romper com práticas pedagógicas que sejam capazes de excluir construindo caminhos que promovam uma educação antirracista.

Durante muito tempo, vivemos em um país onde a história, a cultura e as contribuições do povo negro foram silenciadas e invisibilizadas. A criação e implementação de leis como a nº 10.639/2003 e a nº 11.645/2008 representam marcos fundamentais para o enfrentamento dessa negligência histórica, na medida em que reconhecem a urgência de reparar injustiças profundamente enraizadas na estrutura social e educacional brasileira.

Formar professores que compreendam o racismo como um sistema que atravessa as instituições inclusive a escola é um passo decisivo para desconstruir estereótipos, garantindo representatividade e valorizando os saberes historicamente marginalizados. Fazendo com que, a escola seja um espaço não só de ensino, mas de resistência, reconstrução e esperança.

É nesse cenário que se reafirma o papel do educador como agente de transformação social, capaz de inspirar novas gerações a construírem uma sociedade mais justa, plural e verdadeiramente democrática.

REFERENCIAS

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.

Cavallero, Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil (Portuguese Edition) (pp. 125-126). Contexto. Edição do Kindle.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

Gusmão, Neusa Maria Mendes. "Desafios da diversidade na escola." *Mediações-Revista de Ciências Sociais* 5.2 (2000): 9-28.

Hooks, bell. Ensinando a transgredir: educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF, 2017

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. *Como ser um educador antirracista: para familiares e professores*. 1. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.